

**As mulheres no esporte  
brasileiro: entre os campos  
de enfrentamento  
e a jornada heroica**

*Katia Rubio  
Rafael Campos Veloso*



## resumo

A história das mulheres no esporte aponta para um protagonismo secundarizado em virtude do projeto político de um esporte dominado pelos homens. Narrar os feitos das mulheres no campo esportivo permite a visibilidade de uma jornada subdivulgada. Analisar a trajetória vivida por atletas permite compreender o protagonismo como um ato político, presente na dimensão social, definida ao se caracterizar como algo novo, que inaugura outro tempo. A entrada das mulheres no esporte, assim como em outras esferas da sociedade, é um ato transgressor, que emerge das sutilezas das relações humanas.

**Palavras-chave:** esporte; mulher; projeto político.

## abstract

*The history of women in sports points to a secondary protagonism because of the political project of a male-dominated sport. Narrating women's accomplishments in the field of sports allows for visibility of an under-advertised journey. Analyzing the trajectory lived by athletes allows us to understand the protagonism as a political act, present in the social dimension, defined by being characterized as something new, which inaugurates another time. Women's entry into sport, as well as in other spheres of society, is a transgressive act that emerges from the subtleties of human relations.*

**Keywords:** sport; woman; political project.

**N**

a língua portuguesa o substantivo “atleta” não declina gênero. Isso pode levar a uma falsa suposição de equidade. Como em outros lugares, o predomínio da lógica de dominação masculina no esporte brasileiro invalidou, durante décadas, a experiência atlética feminina. Considerada

como usurpadora ou profanadora de um espaço consagrado ao usufruto masculino, as mulheres atletas brasileiras precisaram resistir e enfrentar pessoas e políticas que impediram e retardaram as práticas esportivas ao longo do século passado.

A conquista das mulheres pelo direito de vivenciar o tempo do jogo esportivizado se deu por meio do resultado de pressões e lutas por demandas de inclusão que ocorreram no princípio e ao longo de todo o século XX. Essas questões ainda pulsam no presente, devido ao vigor das demandas progressistas da atualidade, marcadas sobretudo por linhas de força de caráter identitário.

Rubio, Veloso e Leão (2018), em investigação acerca da relação entre o atleta e o mito do herói através das estruturas do campo do imaginário, juntas à sua filosofia e hermenêutica, apontam que o herói, nomeado por Homero àqueles que possuem mérito e coragem superiores, e por Hesíodo àqueles nascidos sob a relação de um deus e um mortal ou de uma deusa e um mortal, edifica-se na humanidade em forma arquetípica e na ligação com o relacionamento de valores, na identificação do “eu” interior com o mundo exterior, fazendo com que o indivíduo, longe do campo de batalha ou do ambiente esportivo, sinta-se unido àquele que lhe é admirado, satisfazendo a necessidade condicionada de evitar o isolamento e a solidão moral. Em outras palavras, esse arquétipo tem um significado psicológico tanto para o indivíduo – no seu esforço por encontrar

---

**KATIA RUBIO** é professora associada da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) da USP e membro da Academia Olímpica Brasileira.

**RAFAEL CAMPOS VELOSO** é doutorando pela Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) da USP e membro da Academia Olímpica Brasileira.

e afirmar sua personalidade – como para a sociedade – na sua necessidade análoga de estabelecer uma identidade coletiva.

O atleta se aproxima do mito de herói por ser identificado como um ser raro, um entre milhares. Reconhecidos como aqueles destacados entre os mais fortes, mais velozes e mais habilidosos, capazes de superar todos os obstáculos para chegar à vitória, enfim, protótipos de seres quase perfeitos, os atletas que alcançam o lugar mais alto do pódio vivem, quase sempre, uma vida rígida, solitária e, por vezes, monótona, segundo seu próprio ponto de vista. A carreira de um atleta não é fruto apenas de disposição e talento individuais, da afirmação de uma vontade latente ou da determinação em perseguir objetivos. Inúmeros fatores sociais podem influenciar essa jornada que transforma um aspirante em atleta. O esporte, entendido como um dos maiores fenômenos socioculturais do mundo contemporâneo, é terreno fértil para o desenrolar de dramatizações de narrativas míticas consoantes à trajetória do atleta, principalmente quando relacionado ao mito do herói (Rubio, Veloso & Leão, 2018).

O esporte, entendido como uma meta-narrativa por Andrews e Jackson (2001), em que a mídia narra os eventos esportivos e seus feitos extraordinários remetendo-se nesta construção narrativa a personagens, heróis e vilões, reforçando esse referencial mítico do herói, tem sido largamente empregado como justificativa de atitudes competitivas. No caso específico das mulheres, as trajetórias de competências e habilidades extraordinárias são, antes de tudo, desdobramentos de suas epopeias que narram a jornada heroica, a princípio sob as intimações do devir, protagonizadas por conquistas

e afirmações sobre a estrutura hegemônica no esporte donde são reverberados para a coletividade. É importante reforçar que, até o momento, as conquistas progressistas voltadas à equidade estrutural, à participação política nas entidades regentes e à valorização simbólica, axialização ontológica do jogo, conforme Huizinga (2014) – neste caso o jogo configurado como esporte –, estão longe de atingir o que essas mulheres atletas consideram o ideal.

Olhar para a história das mulheres atletas reforça o caráter de protagonismo por elas exercido, porém esquecido, em virtude dos projetos políticos de um esporte dominado pelos homens. Dar visibilidade aos feitos das mulheres por meio de suas próprias narrativas permite a visibilidade de uma jornada subdivulgada. Para além do entendimento de um papel de destaque superficial, o protagonismo passa a ser interpretado como um ato político, presente na dimensão social, definida ao se caracterizar como algo novo, que inaugura outro tempo. Se em primeira instância esse protagonismo atende ao devir do desejo, seus desdobramentos são essencialmente políticos, pois entendemos que a entrada das mulheres em outras esferas da sociedade são atos transgressivos, que muitas vezes emergem das sutilezas das relações humanas e se desdobram, ecoando no campo esportivo, seja entre os atletas, entre a comissão técnica, ou até mesmo entre parentes e amigos.

A participação da mulher no campo esportivo ilustra um processo que, mesmo com restrições à sua participação, desafiou os limites físicos e comprovou sua capacidade de praticar modalidades esportivas exaustivas, contrariando o discurso médico fundado em diferenças biológicas

que determinavam o papel social da mulher. Fonseca (2017) aponta o caráter subversivo dessas atividades que, mesmo submetidas ao silêncio, provocam “intensos ruídos na transmissão oficial dos fatos” ao se concretizarem em expressão. Sendo assim, o protagonismo das mulheres no âmbito esportivo pode se caracterizar, e localizar, no campo dos conflitos sociais das relações de gênero. As chamadas relações de gênero, se entendidas como construções sociais a partir dos estudos socioculturais, reforçam e legitimam os papéis dos atores sociais como instituições normativas da vida em sociedade.

A participação das mulheres brasileiras no esporte acompanha proximamente a conquista de espaço em outros diferentes cenários sociais. Vivendo em uma sociedade patriarcal no século XIX, o papel social desempenhado pelas mulheres era marcado por discriminações, preconceitos e pela ideologia do sexo frágil que impunham restrições a uma vida pública com atividades fora do lar. As mulheres brasileiras tiveram o direito de cursar o ensino fundamental em 1827 e, apenas em 1879, puderam chegar ao ensino superior, embora o acesso estivesse regulado pelo poder econômico (Rubio et al., 2016). Essas disposições individuais também marcaram a participação esportiva, uma vez que, diante da inexistência de políticas públicas para a inclusão feminina na prática de esportes, restavam esforços esparsos sustentados pelas famílias que compreendiam ser esta uma atividade fundamental para o desenvolvimento pessoal das jovens.

O discurso eugenista e higienista, construído e referenciado na produção de conhecimento acadêmico, contribuiu para a construção social da atividade corporal para mulheres. As publicações acadêmicas do

início do século XX afirmavam a fragilidade do corpo feminino e a necessidade de preservação das mulheres para a função materna. A ausência de mulheres cientistas e de homens com uma perspectiva menos retrógrada sobre a potencialidade das mulheres no Brasil retardou a desmistificação da ideia da incompatibilidade da prática de atividades físicas e esportivas com a reprodução. Foi o advogado e deputado federal Ruy Barbosa quem primeiro defendeu a presença do exercício físico no currículo para as mulheres na reforma do ensino de 1882-83 (Goellner, 2003).

As lutas pelo direito ao voto, no final do século XIX e início do século XX, também foram acompanhadas de lutas pelo direito ao trabalho, à instrução, à política e ao esporte. O direito ao voto é datado de 1932, mesmo ano em que Maria Lenk tornou-se a primeira mulher latino-americana a participar de uma edição olímpica. Isso demonstra que as conquistas no campo esportivo seguem proximamente os avanços (e recuos) sociais, o que faz do esporte uma tela de projeção das tensões vividas em diferentes campos.

O esporte foi ao longo do século XX um espaço privilegiado para a construção de identidades e de desenvolvimento da alteridade, não apenas no Brasil como na maioria dos países ocidentais. Embora essa tenha sido uma conquista tardia, há que se ressaltar a importância que ela representou para as gerações da segunda metade do século passado. Considerada no presente como uma atividade profissional, o esporte é um campo privilegiado de visibilidade e de conquistas.

A proposta deste texto é discutir como a conquista das mulheres olímpicas brasileiras espelhou o desenvolvimento do esporte

em um país marcado pela interdição das práticas esportivas.

## A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO ESPORTE BRASILEIRO

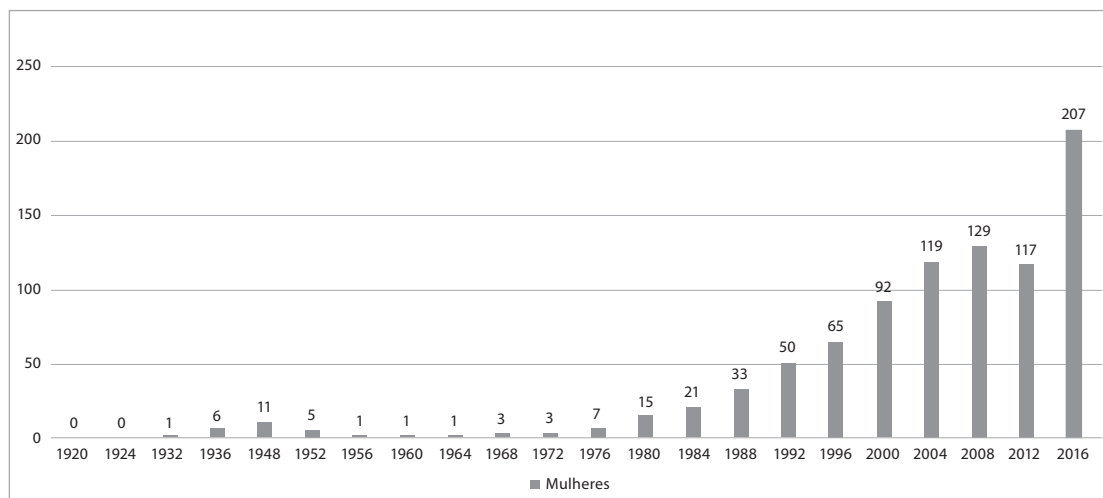
Embora o Brasil participe dos Jogos Olímpicos desde Antuérpia, em 1920, foi apenas em Los Angeles, em 1932, que uma mulher participou da delegação. Maria Lenk foi a primeira mulher brasileira e latino-americana a participar de uma edição olímpica. Filha de imigrantes alemães, praticou esportes desde a infância, incentivada pelos pais, que também foram educados dentro das práticas corporais de movimento. Sua especialidade era a natação, modalidade considerada, por Fernando de Azevedo, um dos teóricos da educação física brasileira do princípio do século XX, como adequada à mulher por proporcionar a harmonia plástica do corpo e inspirar a graça dos movimentos (Devide, 2003). Já em 1936, além de Maria Lenk, competiram Sieglind Lenk, irmã de

Maria, Piedade Coutinho, Helena de Moraes Salles e Scylla Venâncio, e ainda Hilda Puttkammer, na esgrima. Importante também destacar que essas atletas competiram em provas individuais, afirmando a participação feminina no esporte brasileiro a partir de esforços pessoais, mais do que coletivos, situação essa que perdurou por várias décadas ao longo do século XX.

A participação de jovens em modalidades mais populares levou ao fomento e desenvolvimento do atletismo. Há diferentes histórias de mulheres que praticavam corridas e saltos desde a escola, mesmo sem os equipamentos apropriados (Rubio, 2015). Conforme aponta Araujo (2011), exemplos como esses parecem sugerir a existência de uma pressão internacional, mesmo que indireta, para que a prática do esporte competitivo feminino no Brasil acompanhasse a tendência mundial. Apesar disso, a primeira participação de mulheres brasileiras no atletismo só ocorreu nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948, com as atletas Benedita de Oliveira,

GRÁFICO 1

Mulheres



Elisabeth Müller, Gertrudes Morg, Helena de Menezes, Lucila Pini e Melânia Luz.

Se os anos 1930 e 1940 marcaram o início da participação feminina deixando a expectativa de que o esporte feminino começava a se desenvolver e a se organizar no país, os anos 1950 e 1960 apontam para uma estagnação desse processo. O país vivia o final da ditadura comandada por Getúlio Vargas e um processo turbulento de democratização que levou ao golpe militar de 1964. De forma geral, o movimento feminista naquele momento estava voltado mais para questões como a luta por saúde e educação e o esporte não parecia estar entre as reivindicações mais urgentes (Tralci Filho & Araujo, 2011).

Essa desmobilização pode ser observada com a participação feminina nas edições olímpicas das décadas de 1950 e 1960. Nos Jogos Olímpicos de Melbourne, em 1956, a delegação brasileira contou com a participação de apenas seis mulheres, seis atletas a menos do que em Londres. O número restrito de modalidades, atletismo e esgrima, também aponta para a divisão entre classes sociais, sendo a esgrima uma modalidade própria das classes mais abastadas e o atletismo, um esporte popular praticado em escolas e espaços públicos. O cenário que se seguiu foi ainda mais sombrio. Nas três edições olímpicas seguintes houve a participação de apenas uma mulher por delegação. Nos Jogos Olímpicos de Melbourne, em 1956, participou Mary Dalva Proença, nos saltos ornamentais. Em 1960, nos Jogos Olímpicos de Roma, Wanda dos Santos competiu nos 80 metros com barreiras, depois de enfrentar cenas de discriminação racial pelo fato de ser negra. Não foi diferente com Aída dos Santos, que precisou conquistar

o índice olímpico em três competições até conseguir a vaga para ir a Tóquio e competir no salto em altura. Única mulher da delegação, ela não tinha uniforme, técnico, e nenhum suporte. Foi para a pista só, tanto no treino como na competição, e chegou à quarta colocação, ficando a dois centímetros de uma marca histórica para o esporte brasileiro (Rubio, 2015).

Esses dados apontam para uma política de exclusão que foi ainda reforçada pelo Decreto-Lei 3.199, de 1941, que deliberava: “Às mulheres não é permitida a prática de desportos incompatíveis com a sua natureza” (Souza & Mourão, 2011). Esse decreto é ainda detalhado pela Deliberação n. 7 do Conselho Nacional de Desportos, que entrou em vigor a partir de 1965, e foi revogada apenas em 1979. Essa norma determinava quais práticas esportivas podiam ser desempenhadas por mulheres nas escolas, nos clubes ou nos espaços públicos em todo o país, tornando proibidas as lutas de qualquer natureza, o futebol, o futebol de salão, o futebol de praia, o polo aquático, o polo, o rúgbi, o halterofilismo e o *baseball* (Castellani Filho, 2007).

Parece paradoxal que em um país no qual o futebol é reconhecido como uma parte da cultura ele seja proibido às mulheres. Ainda assim há inúmeros casos de resistência em clubes e agremiações que enfrentaram essa determinação, sem poder, porém, realizar competições regulares, razão de ser do esporte competitivo (Adelman, 2003; Franzini, 2005; Devides, 2005).

Em 1979, com a revogação do Decreto-Lei 3.199, as mulheres puderam praticar todas as modalidades esportivas e a consequência foi a multiplicação de competições regionais, nacionais e internacionais em todas as moda-

lidades esportivas. Essa determinação coincide com o processo de abertura política, no fim da ditadura militar, e a consolidação de novos formatos familiares com a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, consolidando mudanças iniciadas nas décadas anteriores que gradualmente transformavam a estrutura patriarcal da sociedade (Mesquita & Nascimento, 2011).

O boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, e depois aos de Los Angeles, em 1984, favoreceu a participação feminina em outras modalidades olímpicas que até então o país nunca competira (Rubio, 2004). Atletas de modalidades nas quais habitualmente não se conseguia o índice olímpico foram a Moscou e iniciaram uma tradição que se mantém até o presente, como foi o caso da ginástica, do tiro com arco e do voleibol, primeira modalidade coletiva a ter um time olímpico feminino. Em Los Angeles 1984 também participaram atletas do tênis, do tiro esportivo, do nado sincronizado e da ginástica rítmica. A partir de então a disparidade entre homens e mulheres na representação brasileira só diminuiu.

Segundo dados do Comitê Olímpico Internacional, a delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, contou com 109 atletas, dos quais 94 eram homens e 15

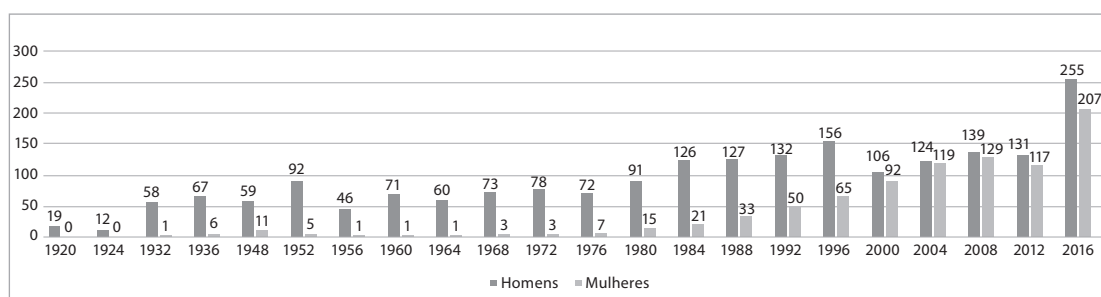
eram mulheres, ou 13,8%. Em Los Angeles 1984, esse número saltou para 151, sendo 129 homens e 22 mulheres, perfazendo 14,46% da delegação. Se porcentualmente os números não são significativos, os números absolutos apontam para uma participação inédita despertando o sonho olímpico nas novas gerações de meninas. Em 1992, em Barcelona, a participação feminina na delegação brasileira foi de 25,9% – 51 mulheres em um total de 197 atletas.

A crescente participação feminina coincide com o processo de profissionalização vivido no esporte brasileiro no princípio da década de 1990. A partir do momento em que o esporte se afirma como uma oportunidade profissional, as mulheres podem se dedicar aos treinos e competições, que também lhes garantem a autonomia e empoderamento. E assim a atleta não é apenas uma mulher que supera as barreiras da discriminação e do preconceito, mas se afirma como pessoa digna de uma imagem pública que reforça sua identidade de mulher poderosa.

Os Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, são um marco importante para as mulheres atletas brasileiras, momento da conquista das primeiras medalhas. Marco da excelência, símbolo de pujança da política espor-

## GRÁFICO 2

Atletas olímpicos - distribuição por gênero





tiva de uma nação, no entender de alguns políticos e dirigentes esportivos. A medalha simboliza a vitória não apenas na competição esportiva, mas a superação de todas as barreiras e dificuldades impostas de forma explícita ou latente. Foram necessários 64 anos para que isso acontecesse. Tomadas como turistas, mascotes, musas até então, a partir de Atlanta as atletas brasileiras se tornaram imprescindíveis para uma boa colocação no quadro de medalhas (Rubio, 2006). Nessa edição histórica para as mulheres, foram conquistadas as medalhas de ouro e prata no vôlei de praia feminino, a medalha de prata no basquete feminino (naquela altura, campeãs mundiais) e a de bronze pelo voleibol feminino, indicando a força que as modalidades coletivas têm para a cultura esportiva do país.

Embora os Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, tenham representado um momento de equilíbrio entre homens (124) e mulheres (119), as poucas medalhas conquistadas pelas mulheres camuflaram a importância dessa proeza. Ou seja, em um ambiente meritocrático as medalhas afirmam a permanência, enquanto a derrota colabora para a invisibilidade e para o esquecimento.

A delegação brasileira que foi aos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008 contou com a maior participação feminina da história. Foram 277 atletas, sendo 133 mulheres (48%), e naquela edição olímpica a conquista de medalhas aponta para vitórias importantes. O voleibol feminino, que já havia ganhado duas vezes a medalha de bronze, conquistou a medalha de ouro. Essa vitória representou, tanto para o grupo medalhista como para as gerações anteriores, a superação do estigma da “derrota” que as acompanhou por vários anos, provando

que o imaginário da conquista de um título assombra atletas vitoriosas, mas que não tiveram a chance de subir no lugar mais alto do pódio. Foi também nessa edição olímpica que competidoras do atletismo conseguiram as primeiras medalhas, com Maurren Maggi, e no revezamento 4x100 m, com Rosemar Coelho Neto, Lucimar de Moura, Thaissa Presti e Rosângela Santos, medalha essa herdada após a punição imposta pelo *doping* das atletas russas. A equipe de futebol, depois de enfrentar anos de discriminação e preconceito, conquistou a medalha de prata. Essa mesma barreira foi quebrada por Ketleyn Quadros, no judô, e Natália Falavigna, no *tae kwon do*, modalidades proibidas para as mulheres no passado, provando que no momento em que houvesse acesso a treinos qualificados e oportunidades de intercâmbio, como tiveram os homens, os resultados seriam alcançados. Também conquistaram o bronze a dupla Fernanda Oliveira e Isabel Swan, na vela. Diante desses resultados, é possível afirmar que as mulheres se tornaram proporcionalmente mais produtivas do que os homens.

A menor visibilidade das atletas na mídia, a dificuldade de patrocínios, a escassez de intercâmbios internacionais e a pouca presença das mulheres em posições de comando nas instituições que organizam o esporte traduzem, para Oliveira e Teixeira (2009), elementos invisíveis que evidenciam uma possível reserva masculina, que mantém o esporte feminino em condições de desigualdade quanto ao masculino. Embora a participação de mulheres como atletas tenha aumentado, ainda são raras as que ocupam cargos de liderança, como técnicas ou na administração das federações, clubes e comitês esportivos.

## AS MULHERES NAS POSIÇÕES DE LIDERANÇA

Se no espaço da prática esportiva competitiva a história aponta para conquistas irrevogáveis, no campo da liderança e da gestão esportiva os patamares alcançados são ainda do início do século XX. Considerado um campo de afirmação de identidades masculinas, teve como consequência um predomínio de homens nos cargos de liderança, fenômeno este de longa duração, que tem causas diversas e efeitos profundos. Nos espaços de treinamento essa realidade se propaga e a crescente oferta de oportunidades no mercado do esporte não reflete uma maior participação das mulheres nos cargos de decisão (Pfister & Radtke, 2007).

A resistência por parte dos homens a admitir uma mulher liderando uma comissão técnica permanece como um dos maiores obstáculos nessa caminhada feminina, considerando serem os homens a maioria esmagadora nos cargos de gestão nas confederações e clubes. A sua função de esposa, mãe e provedora do lar é uma das principais justificativas para impedir o domínio da função em razão das muitas viagens, dos jogos nos finais de semana, da irregularidade nos horários, entre outras características do esporte de alto rendimento, todas contrárias à opção da maternidade e do casamento. Ou seja, as oportunidades oferecidas no mercado esportivo não são as mesmas para homens e mulheres. Fetter e Silva (2011) observam que a carreira de treinadora provavelmente será vista como uma opção inviável para mulheres casadas ou que almejam ter filho. Entretanto, as conquistas dos últimos anos apontam que, para muitas, a maternidade

é tão imprescindível quanto a carreira de técnica ou outras posições de liderança.

Quando se observa no Brasil o número de mulheres que ocupam a função de treinadora de equipes de nível nacional, constata-se que essa posição cabe somente às modalidades chamadas “femininas”, ou seja, na ginástica rítmica e no nado sincronizado. Mesmo na ginástica artística essa posição é ocupada por homens. Para Fetter e Silva (2011), o treinador é peça central do time - mais do que isso, ele é o indivíduo especializado, o estrategista, o conhecedor da técnica e em razão disso exerce papel de líder, de chefe e de figura parental dentro do círculo esportivo. Espera-se, assim, que o atleta encontre nessa figura não apenas o professor, mas também o conselheiro e protetor.

Cabe ressaltar que a busca pela condição de técnica não é fato recente. Benedicta Oliveira foi campeã paulista, brasileira e sul-americana nos 100 metros rasos. Disputou os Jogos Olímpicos de Londres, em 1948, nos 100 metros rasos e no revezamento 4x100 m. Encerrou a carreira de atleta em 1956 e, a despeito de todo o preconceito, tornou-se a primeira mulher técnica de atletismo do Brasil. Entre 1971 e 1983, acompanhou suas equipes a competições internacionais, inclusive Jogos Pan-Americanos (1971, 1975 e 1983) e Jogos Olímpicos (1976). Foi técnica do Clube Esperia, em São Paulo, por 29 anos, até se aposentar em 1995 (Rubio, 2015). Mas Benedicta pode ser considerada uma exceção.

O sucesso de Benedicta como técnica se deve ao capital social e humano que ela acumulou tanto ao longo de sua condição de atleta como também de treinadora. Formada em Educação Física e Comunicação, ela transitou em diferentes espaços sociais

que a credenciaram tecnicamente e a levaram a desenvolver uma ampla rede de contatos, corroborando as afirmações de Norman (2010) e Kamphoff, Armentrout e Driska (2010) sobre a importância de se estabelecer uma rede de contatos para mulheres como uma das estratégias necessárias para aumentar a atuação feminina no campo das lideranças técnicas.

Em estudo realizado por Ferreira et al. (2013), destaca-se que apenas 7% dos técnicos esportivos brasileiros são mulheres em um total de 259 federações esportivas de 22 modalidades. Entre as federações pesquisadas, 71,4% não possuem mulheres cadastradas como técnicas, apontando uma desigualdade de oportunidades entre gêneros na atuação como treinadores. Isso sugere não apenas a discriminação e o preconceito, mas acima de tudo uma reserva de mercado apoiada na resistência de dirigentes quanto à contratação de mulheres.

Fasting e Pfister (2000) apontam como jogadoras de futebol de diferentes países entendem as diferenças de gênero entre técnicos. As atletas atribuem às técnicas mulheres maior capacidade de empatia, maior competência comunicativa e disposição para cooperar do que treinadores homens. Nesse mesmo artigo, as autoras citam outros estudos apontando que treinadoras veem como prioridade no desenrolar de sua carreira ajudar os atletas a alcançarem o seu potencial máximo, não se preocupando apenas com o desenvolvimento técnico e físico, mas também com a vida pessoal e o desenvolvimento emocional de seus “subordinados”.

Além da sua competência técnica na direção da equipe, o treinador exerce outros papéis dentro dessa atmosfera: é um educador, já que exerce influência durante a for-

mação e o desenvolvimento de seus atletas (principalmente nas faixas etárias menores), é o líder que motiva e satisfaz seus atletas, levando-os a melhorar seu desempenho, estabelecendo e atingindo objetivos individuais e coletivos.

Ferreira et al. (2015) apontam que a baixa atuação de mulheres brasileiras como treinadoras é consequência de muitos fatores. Além da falta de oportunidades para inserção e ascensão na carreira e as barreiras existentes, destaca-se a necessidade de resultados vitoriosos, conquista esta possível apenas com vários anos na função. Por outro lado, a remuneração não se configura como determinante. O amor pelo esporte, a busca pelo sonho olímpico e a satisfação em formar atletas são os fatores que as impulsionam a seguir em suas buscas.

Embora tímido, o mercado de trabalho para as treinadoras brasileiras apresentou um crescimento, diferentemente do campo da gestão. Conforme aponta Gomes (2008), além de os avanços serem reduzidos, eles se deram sem embates ou disputas, mas sim por meio da conciliação, refletindo uma forma cordial de lidar com o poder estabelecido. Para a autora, o número de mulheres envolvidas na gestão esportiva é maior em países onde existem políticas de ações afirmativas, o que não representa o caso brasileiro, mesmo com a recomendação do COI.

O Comitê Olímpico Internacional (COI, 2014) determinou como objetivo que até o ano de 2005 as mulheres ocupassem 20% dos cargos de liderança e administração nos comitês olímpicos nacionais e nas federações esportivas, meta infelizmente não alcançada. A equidade de gênero, considerada um componente crítico da administração esportiva, passou então a fazer parte da Agenda

20+20, com a intenção de apoiar e promover o acesso feminino a todos os níveis e estruturas esportivas (Rubio, 2016).

A política de cotas representou um problema a ser superado, uma vez que a estratégia adotada para ocupar esses postos era feita por indicação ou por se possuir laços familiares com alguém já introduzido na área, e não necessariamente por competência (Pfister & Radtke, 2007).

Tomando o Comitê Olímpico Brasileiro como referência, observa-se que a assembleia geral, instância maior de deliberação, é o retrato de um cenário obsoleto. Composta de brasileiros membros do COI, presidentes de confederações e representantes dos atletas, nela a desigualdade é óbvia. Há apenas uma mulher presidente entre 39 confederações e apenas cinco entre os 12 representantes dos atletas são mulheres. Esse desequilíbrio não é casual. Ou seja, apenas 14% do efetivo dos principais órgãos esportivos é formado por mulheres e somente 7% das federações esportivas têm uma mulher na presidência. Nos Jogos Pan-Americanos de 2015, a proporção de mulheres integrantes da comissão técnica brasileira foi de apenas 11% (Comitê Olímpico Brasileiro, 2019). Ferreira et al. (2015) apontam que no Brasil a baixa presença de mulheres na administração esportiva só vem a contribuir para a restrição da rede de tutores, que leva a um predomínio de homens nesse campo profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora os atletas sejam a razão de ser do esporte, são eles também a parte mais

frágil da estrutura esportiva. Sujeitos a um sistema nem sempre transparente, lutam para sobreviver às muitas mazelas que os inserem ou retiram das grandes competições. Some-se a isso diferentes tipos de assédio que foram naturalizados ao longo de décadas e apenas agora passam a ser tratados não apenas como imorais, mas também ilegais. No topo da “cadeia alimentar” estão os dirigentes, que definem índices, verbas e comissões técnicas que, em efeito cascata, definem a vida dos atletas. Quando observada essa estrutura de poder, entende-se por que ali se encontram nenhuma ou poucas mulheres.

Ao longo de décadas foram consideradas incapazes de governar a si mesmas e aos outros, devendo, portanto, submeter-se à autoridade determinada em casa e fora dela. Excluídas do direito ao corpo e ao prazer sexual, foram também impedidas de experimentar a agonística e os limites do rendimento esportivo. Desse modo, “a grande conquista feminina e feminista do século XX, também chamado ‘século das mulheres’, foi o direito à existência”.

Proibidas no Brasil de praticar esporte por lei, desafiaram o estabelecido pelo direito de provar suas habilidades nos mesmos campos nos quais os homens reinaram soberanos. Mais que atletas, mostraram-se guerreiras e provaram-se heroínas. Consideradas usurpadoras, enfrentaram diferentes argumentos sociais e familiares para hoje se firmarem como atletas. Meninas e mulheres podem agora, mais do que nunca, falar e ouvir em caixa-alta e letras de forma: **JOGUE COMO UMA MENINA!**

## BIBLIOGRAFIA

- ADELMAN, Miriam. "Mulheres atletas: ressignificações da corporalidade feminina", in *Estudos Feministas*, v. 12, 2003, pp. 445-65.
- ANDREWS, D. L.; JACKSON, S. J. *Sport stars: the cultural politics of sporting celebrity*. 1ª ed. London/New York, Routledge, 2001.
- ARAUJO, Sergio Estevam Carlos de. "As mulheres e o esporte olímpico brasileiro entre as décadas de 1930 a 1960 – as políticas públicas do esporte e da educação física", in K. Rubio (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011.
- CASTELLANI Filho, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, Papirus, 2007.
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. *Guia para a imprensa: Jogos Pan-americanos Toronto 2015*. Disponível em: [http://www.cob.org.br/toronto2015/mediaguide/COB\\_mediaguide\\_port\\_2011v2.pdf](http://www.cob.org.br/toronto2015/mediaguide/COB_mediaguide_port_2011v2.pdf). Acesso em: 18/5/2019.
- COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. *Factsheet women in the olympic movement*. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement-February-2018.pdf>. Acesso em: 18/5/2018.
- DEVIDE, F. P. *Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos*. Ujuí, 2005.
- FASTING, K.; PFISTER, G. "Female and male coaches in the eye of soccer players", in *European Physical Education Review*, v. 6, n. 1, 2000, pp. 91-110.
- FERREIRA, Heidi Jancer; SALLES, José Geraldo Carmo; MOURÃO, Ludmila. "Inserção e permanência de mulheres como treinadoras esportivas no Brasil", in *Rev. Educ. Fís/UEM*, v. 26, n. 1, 2015, pp. 21-29, 1. trim.
- FERREIRA, Heidi Jancer et al. "A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil", in *Movimento*, v. 19, n. 3. Porto Alegre, jul.-set./2013, pp. 103-24.
- FETTER, Julio Cezar Soares da Silva; SILVA, Elisa Martins da. "A atleta, o técnico. O atleta, a técnica", in K. Rubio (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011.
- FONSECA, M. N. S. "Posfácio: costurando uma colcha de memórias", in C. Evaristo (ed.). *Becos da memória*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Pallas, 2017, p. 198.
- FRANZINI, F. "Futebol é 'coisa pra macho'? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol", in *Revista Brasileira de História*, n. 50, vol. 25. São Paulo, 2005, pp. 316-28.
- GOELLNER, S. V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Física*. Ijuí, Unijuí, 2003.
- GOMES, E. M. P. *Participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro, Quartet/Faperj, 2008.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens*. 8ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2014.
- KAMPHOFF, C.; ARMENTROUT, S.; DRISKA, A. "The token female: women's experiences as division I collegiate head coaches of men's teams", in *Journal of Intercollegiate Sport*, v. 3. Champaign, 2010, pp. 297- 315.

- NORMAN, L. "Bearing the burden of doubt: female coaches experiences of gender relations", in *Research Quarterly for Exercise & Sport*, Reston, v. 81, n. 4, dez./2010, pp. 506-18.
- MESQUITA, A.; NASCIMENTO, I. S. "A participação da mulher brasileira no esporte a partir dos anos 80: o que de fato mudou?", in K. Rubio (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011.
- OLIVEIRA, G. A. S.; TEIXEIRA, A. P. O. "Trilhando um novo caminho: a gestão esportiva", in *Gênero*, v. 10, n. 1. Niterói, 2º sem./2009, pp. 101-18.
- PFISTER, G.; RADTKE, S. "Mulheres tomando a liderança ou mulheres tomando a liderança nas organizações esportivas alemãs", in *Movimento*, v. 13, n. 2. Porto Alegre, mai.-ago./2007, pp. 91-129.
- RUBIO, K. "Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional", in *Revista USP*, n. 108. São Paulo, SCS-USP, 2016, pp. 20-8. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/118234>. Acesso em: 18/5/2018.
- \_\_\_\_\_. *Atletas olímpicos brasileiros*. São Paulo, Sesi-SP, 2015.
- \_\_\_\_\_. "A cordialidade feminina no esporte brasileiro", in K. Rubio (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Medalhistas olímpicos brasileiros: histórias, memórias e imaginário*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Heróis olímpicos brasileiros*. São Paulo, Zouk, 2004.
- RUBIO, K. et al. "Women and sport in Brazil", in R. L. D'Amico; T. Benn; G. Pfister (orgs.). *Women and sport in Latin America*. New York/Oxon, Routledge, 2016.
- RUBIO, K.; VELOSO, R. C.; LEÃO, L. "Between solar and lunar hero: a cartographic study of Brazilian Olympic athletes in the social imaginary", in *Imago: A Journal of Social Imaginary*, n. 11, 2018, pp. 147-62.
- SOUZA, G. C.; MOURÃO, L. *Mulheres do tatame: o judô feminino no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2011.
- TRALCI FILHO, M. A.; ARAUJO, S. E. C. "As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas", in K. Rubio (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011.